

MISLENE METCHACUNA MARTINS MENDES

POVO:
TICUNA

NASCIMENTO:
1987

FORMAÇÃO ESCOLAR:
**MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS (PPGAS/UFAM)**

HISTÓRIA DE VIDA

Sou Ticuna¹, do clã Avaí, da metade de planta, conforme nossa organização social dividida em clãs de planta e de pena². Minha família clânica e consanguínea é bastante extensa. Muitos são influentes por seu protagonismo no movimento indígena.

Meu avô, meus tios-avós paternos e meu pai sempre foram lideranças atuantes no movimento indígena do Alto Solimões. Conhecidos como pertencentes à família Mendes, a maioria reside na aldeia Umariacú I e Ourique, mas muitos outros habitam outras aldeias em menor número. A minha avó por parte materna é possivelmente Kokama, mas é Ticuna por parte de mãe. Porém, meus avós maternos dificilmente se identificariam como sendo indígenas; segundo eles, por não saberem direito suas origens étnicas pelo fato de seus pais já serem falecidos. Cônjuge: Jomar Maia de Sá (não indígena). Filhos: Cindy, Emily e Ingrid

SER MULHER

Com as transformações ocorridas ao longo do tempo, ser mulher protagonista e participante da luta e das discussões sobre os interesses é sempre um desafio, principalmente ao se pensar especificamente nas mobilizações em prol de políticas públicas para mulheres. Em alguns espaços que antes eram ocupados somente por homens, as mulheres enfrentam certas resistências. Dessa

¹ Grafamos as denominações dos povos indígenas conforme atribuído pelo autor. Como se trata de depoimentos, iremos preterir o determinado por norma da Associação Brasileira de Antropologia de 1953, publicada na Revista de Antropologia (vol. 2, no 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152). Nos dias de hoje, em processos de revigoração étnico, muitos preferem ser chamados conforme a auto atribuição Magûta, o que significa em português “povo pescado com caniço”.

² Embora haja diferentes interpretações, empregamos aqui a divisão entre metades tal como atribuído pela autora.

forma, as mulheres têm discutido estratégias de enfrentamento às ameaças aos seus direitos como, por exemplo, as inúmeras formas de violência sofridas por muitas mulheres, ocasionadas por seus maridos, que raramente ganham visibilidade dentro das aldeias, por medo e repressão masculina. Na cultura Ticuna, a organização social é patrilinear, e assim os clãs das mulheres ficam subjugados aos clãs dos homens, sendo estes responsáveis pela herança clânica das gerações posteriores. Entre outros fatos, o movimento indígena no Alto Solimões sempre teve os homens Ticuna direcionando suas pautas e lutas; embora as mulheres sejam essenciais nesses movimentos, elas pouco tiveram espaço desde os anos 1980, ficando seu papel resumido ao ofício de cuidar dos filhos, da casa, da roça e dos trabalhos domésticos.

Em meados dos anos 1990, as mulheres Ticuna passam a se inserir em espaços do movimento, participando ativamente das assembleias, não apenas para cozinhar e cuidar dos detalhes do local, mas para atuar politicamente nas discussões se posicionando como protagonistas. Hoje existem várias associações de mulheres Ticuna, a maioria com intenção inicial de valorização e repasse de conhecimentos de artesanatos, etc.; mas não só isso, elas também vêm ganhando espaço nos conselhos institucionais de participação indígena, seja como artesãs, parteiras, curadeiras, etc. Considerando que a grande maioria dos homens Ticuna são machistas; as disputas políticas por espaços e comando de algumas instituições e/ou mesmo as principais organizações indígenas Ticuna sempre tiveram homens em sua direção. Por isto, quando assumi a Coordenação Regional da FUNAI foi um choque para os homens Ticuna, que enxergam certa incapacidade política nas mulheres. Segundo eles: “eu não aguentaria as

pressões, choraria e logo abriria mão da coordenação”. Isso pode ser observado durante minha própria gestão como coordenadora de uma instituição, pois a maioria dos funcionários são homens pertencentes à etnia Ticuna. Ser coordenado por uma mulher, para eles, ainda é algo novo e eles precisam saber que todos nós, sejamos homens ou mulheres indígenas, somos capazes de gerir o que nos for dado.

Dessa forma, ser mulher no contexto social Ticuna significa que estamos preocupadas com o direcionamento das políticas públicas para os povos indígenas, inserindo questões de gênero também, e não temos a pretensão de tomar o lugar dos homens, pelo contrário, visamos contribuir nos trabalhos, na tomada de decisões e na participação política. Como mulheres, temos o objetivo de minimizar as desigualdades relacionadas ao gênero, principalmente em assumir posições de chefia, seja internamente ou em instituições governamentais, embora saibamos que as disputas por poder entre os homens acabam reforçando a ideia de que as mulheres seriam incapazes de gerir algo. Os homens sempre contribuíram bastante nas lutas do movimento e devem continuar atuando como pajés, caciques e lideranças locais, mas nós mulheres também estamos presentes e continuaremos desempenhando os nossos papéis com muito afino.

A especificidade recai justamente sobre os direitos das mulheres indígenas. Algumas políticas, ainda invisíveis até mesmo entre as não-indígenas, entre as mulheres indígenas são um desafio e tanto. Falar e chamar atenção das demais mulheres sobre a Lei Maria da Penha, por exemplo, ou sobre planejamento familiar, prevenção, etc.. Muitas vezes ainda não somos bem-vistas pelos homens, que reclamam que o Estado está tentando impor polí-

ticas às suas mulheres, que muitos enxergam como propriedade, como se as mulheres não tivessem opiniões e vontades próprias para decidir sobre seus corpos. Por fim, a principal especificidade feminina perpassa a esfera das fragilidades emocionais e físicas e segue para além do papel de responsáveis pela reprodução física, para atuar como protagonistas na busca pela emancipação das mulheres indígenas.

Os povos indígenas querem conseguir, cada vez mais, instrumentos técnicos e políticos sem perder ou enfraquecer nossas identidades étnicas, costumes e tradições indígenas, ressaltando a importância do diálogo e definição de autonomia e de direitos.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, (CNPI, instalado em abril de 2016, foi um avanço para todos os povos indígenas do Brasil, de caráter consultivo, de acompanhamento e implementação de políticas públicas. Ele visa à participação massiva dos indígenas brasileiros. O que temos observado, no entanto, é o extremo desrespeito dos que atacam os direitos dos povos indígenas sem consulta ao CNPI, FUNAI e tampouco às organizações indígenas. Muitos agentes governamentais têm feito tudo pelas costas dos povos indígenas.

TRAJETÓRIA

Nasci e resido no município de Benjamin Constant (AM), fora de aldeia. Morei na aldeia indígena Vendaval até meus 03 anos de idade, onde meu pai era chefe de posto indígena da FUNAI, na época. Por conta dos estudos, tive que voltar para a cidade e estudar a vida inteira na escola de lá.

Nunca houve qualquer interesse em adaptar as grades curriculares urbanas à presença indígena nessas escolas, onde muitos de meus colegas Ticuna preferiam ficar na invisibilidade para tentar escapar do preconceito e discriminação por parte dos colegas não indígenas. Eu jamais neguei minha identidade indígena. Em vários momentos, colegas de turma me chamavam de Ticuna de forma pejorativa, tentando me inferiorizar perante os demais, como se o fato de eu ser Ticuna me fizesse menos gente do que eles. Várias vezes me senti excluída dentro da sala de aula e diante dos vizinhos de minha casa.

Terminei o Ensino Médio no ano de 2004, em 2006 passei no vestibular e ingressei no 1º curso de graduação de Antropologia do Brasil, que foi inaugurado no Alto Solimões. Em 2010, quando estava quase concluindo a faculdade, me inscrevi no processo seletivo de Mestrado em Antropologia Social do PPGAS/UFAM. Fiz concurso público da FUNAI e fui classificada, mas somente nomeada no ano de 2012, para o cargo de Agente de Indigenismo, lotada na Coordenação Técnica Local de Benjamin Constant (momento em que eu já havia retornado de Manaus para Benjamin, por ter concluído os créditos das disciplinas do mestrado). Em junho de 2014, recebi convite da Presidência da FUNAI para assumir a função de Coordenadora Regional da FUNAI do Alto e Médio Solimões, enfrentando grandes desafios.

ESTUDOS

O interesse pelos estudos vem desde pequena, por conselho de meus pais, que sempre entenderam a necessidade dos filhos buscarem uma profissão e oferecer retorno para nosso povo. Sendo

meu pai uma liderança Ticuna, ativista do Movimento Indígena da região, ele sempre falou para seus filhos estudarem e se formarem em diversas áreas, pois o projeto de luta dos Ticuna sempre foi conquistar primeiramente a Demarcação das Terras Indígenas, Educação e Saúde. Com isto, e tendo em vista a grande necessidade de profissionais nesta região, as lideranças antigas sempre reivindicaram espaços em todas as áreas de políticas públicas e universidades. Entre muitos conselhos de meu pai, que ele costumava expressar nas grandes assembleias indígenas, havia a necessidade de o nosso povo ter seus próprios profissionais, entre eles antropólogos, médicos e advogados. Foi me lembrando desse discurso dele, que de cara escolhi o curso de Antropologia, quando prestei o vestibular na UFAM pela primeira vez. Sempre gostei de estudar, de ler. Ser uma mulher indígena antropóloga com certeza é fundamental em minha vida pessoal e profissional.

A meu ver, o fato de ser mulher não interfere em minhas decisões acadêmicas, tanto que minha pesquisa na graduação e no mestrado foi um assunto polêmico, pois a maioria dos sujeitos pesquisados era do sexo masculino. Embora algumas vezes o fato de ser mulher tenha interferido no meu trabalho de campo, não acho que a escolha do tema de pesquisa, por exemplo, se ligue ao meu gênero como pesquisadora. Pesquisei sobre a segurança pública nas aldeias indígenas do Alto Solimões, especificamente a Polícia Indígena do Alto Solimões, criada pelo meu povo como resposta à ineficiência das políticas de segurança pública do Estado. Continuo me preocupando com problemas relacionados à segurança pública nas Terras Indígenas e aos povos indígenas como dever do Estado.

Futuramente, pretendo fazer o doutorado e o concurso do Ministério Público da União para o cargo de analista pericial em antropologia. Pretendo também continuar lutando e protagonizando as lutas de meu povo frente aos inúmeros desafios que têm se colocado diante dos direitos conquistados. Estarei sempre à disposição de meu povo para pensar junto com eles a proposição de projetos voltados às comunidades indígenas que mais precisam de assessoria técnica.

O POVO TICUNA

Meu povo Ticuna é organizado clanicamente em duas metades: de planta e de pena. Os indivíduos recebem os clãs de seus pais e são nominados durante a festa de moça nova. Politicamente, é um povo com forte protagonismo, iniciado nos anos 1980, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a mobilização dos professores Ticuna, que depois passaram a ter suas pautas de luta, de saúde e demarcação de terras como prioridades do movimento indígena.

O povo Ticuna é um povo bastante forte, embora existam muitas disputas de poder em todos os sentidos. Sendo o maior povo indígena do país, com cerca de 55 mil, as lutas de meu povo possuem uma história bastante significativa, que influenciou outros povos da região, como os indígenas da região do Vale do Javari, que iniciaram suas lutas nos anos 1990, com assessoria de alguns líderes Ticuna. Neste sentido, tenho orgulho de ser Ticuna, muito embora as disputas venham interferindo e fragmentando o movimento indígena como um todo. Mesmo assim, há luta Ticuna no contexto atual em que vivemos.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTOS INDÍGENAS

Penso que se trata de uma política bastante ampla e complexa. Embora a relação dos indígenas com a política indigenista na região sempre tenha estado num patamar hierarquicamente desigual e sem pontos de conciliação e negociação, é bem aceita pelos povos indígenas. Porém, é também um desafio no Brasil, pois, como sabemos, o próprio governo vem propondo projetos que visam acabar com a política indigenista no país, ameaçando ainda mais os direitos dos povos. Nós, povos indígenas, tivemos muitos avanços, e considero que os direitos indígenas não são dádivas do Estado brasileiro, mas sim resultados de lutas e mobilizações indígenas, em nível nacional e internacional, que provocaram mudanças na política indigenista estatal.

O Brasil tem uma dívida eterna com os povos indígenas, que a Constituição Federal de 1988 tentou amenizar em pontos importantes, ao reconhecer os índios como cidadãos brasileiros. Sabemos que esses avanços vêm regredindo cada vez mais, pois pensar os índios apenas como guardiões das florestas e de todos os recursos que existem nos territórios indígenas é equivocado. Nós, indígenas, dependemos da Terra para continuar existindo, não vemos as terras simplesmente como lugar de moradia, mas respeitamos a terra e sua natureza desde nossas visões de mundo, da existência de meu povo e de muitos outros povos. Não pensamos em riqueza material, que se acaba com o tempo, pensamos na manutenção da riqueza sagrada dada por nossos ancestrais. O território é vida em abundância, que nos permitirá resistir a todos os males feitos e vindos dos não indígenas, cujos espíritos estão cegos e apenas preocupados com seus bolsos. O dinheiro se acaba logo; os territórios

garantem uma riqueza eterna para nós indígenas e para o mundo.

A missão institucional e a reformulação do papel da FUNAI, com a distribuição de políticas públicas para outras esferas do governo antes exercidas unicamente pela FUNAI, ainda é um processo em construção. O rompimento da tutela indigenista e a configuração do órgão indigenista que antes era responsável por tudo condizente aos índios, possibilitaram o protagonismo indígena, embora em alguns momentos haja certo desgaste entre os indígenas sobre esta mudança, que alguns ainda não conseguiram aceitar. A FUNAI, como órgão indigenista oficial, vem sofrendo, junto com os povos indígenas, ataques à sua própria forma de existência. Mesmo sendo um órgão estatal, a FUNAI tende a partir para o embate quando o assunto é defender os direitos dos povos indígenas. Por isso, acredito que, restando ainda muitas riquezas no território brasileiro graças aos povos indígenas, guardiões de tudo isso, o governo hoje quer explorar tudo pensando apenas na riqueza monetária, que se acaba com o tempo. Para isso tem formulado cada vez mais leis que tentam extinguir o usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas, para conseguirem invadir e explorar livremente. Embora a missão do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que antecedeu a FUNAI, tenha sido a integração dos índios à sociedade nacional, submetendo-os a uma estrita relação de dependência, atualmente a FUNAI atua como defensora e promotora do protagonismo indígena, e não mais como poder tutelar. Com isto, dismantlar cada vez mais o órgão indigenista é primordial para que os direitos sejam totalmente extintos.

A tutela impôs uma relação de dependência dos índios ao Estado, o que por sua vez prejudicou bastante as lutas indígenas. Isso trouxe consequências a muitos povos indígenas, que passaram

a ver a FUNAI como mãe ou pai dos índios, enfraquecendo as autonomias conquistadas, esperando muito de um órgão indigenista que está sendo desmantelado pelo próprio Estado. Hoje a FUNAI enfrenta o desafio de eliminar essa ideia de que a tutela é algo bom, para fortalecer nos pensamentos indígenas que são eles mesmos os atores principais nas lutas pelos seus próprios interesses. A FUNAI tornou-se mais parceira para assessorar os indígenas e atuar junto na defesa dos direitos, embora já tenha sido inimiga anteriormente, como no caso dos Ticuna do Alto Solimões nos anos 1980, em que a FUNAI tentou impedir os índios de lutarem pela demarcação de terras. Desde a Constituição de 1988 até o início de 2019, a FUNAI tinha como uma de suas missões garantir autonomia e protagonismo aos povos indígenas. A partir da metade de 2019, essa missão vem sendo modificada com a ideia de “uma nova FUNAI”, pensada de forma bastante atrasada pelo governo Bolsonaro ao retomar as práticas da FUNAI tuteladora, “mãe dos índios”, principalmente no que diz respeito à gestão dos territórios, sendo feita pelo Estado e não mais pelos índios, referindo-se à entrega dos minérios existentes nas terras indígenas.

O projeto do novo Estatuto do Índio é um instrumento legal muito importante, que rompe de vez com a proposta de tutela do Estado, presente no Estatuto do Índio de 1973, criado ainda na época da ditadura. Na nova proposta, buscou-se contemplar todos os povos indígenas de forma a garantir proteção social, cultural, territorial, jurídica, possibilitando a igualdade sem deixar de atender às especificidades de cada povo. Na minha opinião, é preciso que o movimento indígena reivindique e pressione a aprovação do Estatuto que está parado no Congresso Nacional há 31 anos (PL n. 2.057/91). Atualmente, a proposta do novo Estatuto voltou a

tramitar no Senado (PLS n. 169/2016), e por mais otimismo que tenhamos, não sei se devemos permanecer com tanta esperança dele ser aprovado, na atual conjuntura política do país.

Os direitos à saúde, educação e território são conquistas dos movimentos indígenas brasileiros que ganharam lugar na CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, não por dádiva do Estado, mas por força própria. Na minha região, durante as articulações do movimento indígena, houve um massacre de vários Ticuna por parte de donos de fazendas localizadas em território indígena, conhecido como o Massacre do Capacete. Até hoje seus responsáveis estão impunes. Foi aí que as lideranças antigas (tendo como principais articuladores Paulo Mendes – meu pai – e Pedro Inácio) decidiram criar o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), reunindo todos os caciques da época para buscar apoio no exterior para demarcação das terras Ticuna, já que o governo brasileiro não apoiava a causa. Esses direitos devem continuar existindo, pois todos necessitam dessas políticas públicas para sua existência e sua reprodução física e cultural. Na nossa atual conjuntura, também temos a possibilidade de autogestão dos direitos de acordo com normas e valores propriamente indígenas, sendo um projeto da luta indígena. Infelizmente, as políticas públicas ainda são insuficientes e nem todos os povos indígenas conseguiram ser contemplados pelas políticas do Estado, por diversos motivos, pela ingerência de gestores locais, estaduais ou nacionais. Podemos perceber e sentir na pele a dificuldade do Estado em implementar ações de políticas públicas para os povos indígenas da maneira que esperamos e conforme rege a Constituição Federal.

Há espaços que dão visibilidade à autonomia e ao protagonismo indígena, a partir dos quais eles podem articular e lutar por

interesses coletivos no campo político. As relações existentes no movimento indígena, quando reconfiguradas pelas tensões da etnopolítica, acabam por enfraquecer a luta coletiva com os atores externos, e isso leva bastante tempo para ser retomado. As disputas internas por poder acabam interferindo negativamente no processo de luta das organizações e do movimento indígena. É o que ocorre entre meu povo Ticuna, tirando o foco do verdadeiro objetivo das lutas.

PATRIMÔNIOS

Os pesquisadores não indígenas, sobretudo das áreas de ciências sociais, deram grande contribuição na visibilidade aos povos indígenas, pois parte de sua história está descrita em trabalhos acadêmicos de pesquisadores, que não apenas escreveram para compor estaticamente a estante da biblioteca da academia, mas se tornaram produtos de um trabalho feito “de perto”, que sintetizam a história viva, presente muitas vezes apenas na memória dos mais velhos. Alguns indígenas tendem a discordar da contribuição de pesquisadores aos povos indígenas, afirmando que estes escrevem mentiras sobre os índios. Eu não vejo dessa forma! O mais importante é etnografar e mostrar a realidade tal como é, sem invadir a vida indígena sem permissão e não inventar nada, ser fiel aos fatos apresentados pelos sujeitos pesquisados. Hoje contamos com pesquisadores indígenas, que têm feito uma discussão dialógica entre seus conhecimentos propriamente indígenas e os conhecimentos apreendidos na academia. Todos têm a ganhar.

As empresas somente estão preocupadas em explorar as riquezas existentes nos territórios e os conhecimentos indígenas. Muitas entram sem permissão das comunidades e do órgão indigenista, ou

conseguem permissão persuadindo representantes indígenas que muitas vezes se utilizam de má fé para tomar decisões sozinhos, ferindo as regras da comunidade, pensando somente em si próprios.

Nem todas as mulheres ou homens possuem o dom de fazer artesanato. Cada um possui um ofício próprio que difere do outro. O repasse dos conhecimentos, do modo de fazer artesanato, a meu ver, tem sido uma preocupação das mulheres indígenas mais velhas, que enxergam as meninas mais novas como desinteressadas, devido às fortes interferências da sociedade em volta. Penso que nem sempre seja desinteresse, mas resultado da inserção das mulheres indígenas mais jovens nas universidades e em outras profissões que passaram a tomar o lugar de tarefas Ticuna, como é o meu caso.

O reconhecimento dos conhecimentos produzidos de geração em geração, é inacabado. Como portadora de uma cultura recebida no seio do meu povo, que se articula com os conhecimentos adquiridos na academia, creio que a interação com meu povo reforça ainda mais nossa identidade e continuidade social e cultural. Quando se fala em patrimônio, podemos pensar na transmissão de saberes e conhecimentos às próximas gerações, como propriedade do povo Ticuna. As culturas se transformam com o passar do tempo, mas não se perdem jamais.

Não me vejo no campo dos museus. Porém, considero os museus importantes para salvaguardar objetos e registros de bens culturais imateriais. Como exemplo disso, nós Ticuna temos o Museu Magüta, que guarda um variado patrimônio material e imaterial de nossa cultura, que deve continuar viva por muito tempo.

A mulher, como reprodutora da continuidade populacional dos povos indígenas, também desempenha um papel superimportante na construção da identidade de seus filhos, através de ensinamentos

de práticas e modos de fazer os utensílios de uso doméstico, artesanato, rituais etc., garantindo assim a preservação e repasse da cultura às novas gerações. O ritual da Moça Nova, por exemplo, é um momento importante para todas as mulheres Ticuna, tanto para a menina moça como para as anciãs. Tudo isso é patrimônio cultural Ticuna imaterial. A valorização dos conhecimentos tradicionais do Povo Ticuna não está presente apenas no artesanato, mas na prática e repasse dos costumes apreendidos ao longo do tempo. É a manutenção viva das memórias dos mais antigos, que interage e se articula com as concepções e relações entre homem, natureza e cultura, estabelecendo o bem viver na sociedade indígena.

Para os povos indígenas, os patrimônios culturais possuem significados sociais profundos, envolvendo valores sagrados e interligados com os espíritos ancestrais, conforme suas visões próprias de origem do mundo. Para as sociedades nacionais, muitas vezes esses patrimônios acabam sendo estáticos, nem sempre compreendem os valores dados pelos indígenas aos objetos.